

ECONOMIA

As propostas de 22 advogados para o novo Governo eleito

QUAL DEVE SER A PRIORIDADE DO PRÓXIMO GOVERNO PARA A ECONOMIA?



*António Lobo
Xavier*

| SÓCIO DA MORAIS LEITÃO |

“A economia que temos não é sustentável: há uma década que não conseguimos crescer à medida das nossas legítimas aspirações sociais. E o discurso político dominante instalou a ideia de que podemos continuar a alimentar estas aspirações sem crescimento económico robusto. O Estado precisa de se concentrar em promover um ambiente de negócios competitivo e dinâmico, para manter os níveis de qualidade e eficiência dos serviços públicos, e o sistema de proteção social. Para isso não basta o investimento público, é preciso reduzir os custos de contexto das empresas e aliviar a sua carga fiscal e burocrática; e, por outro lado, dar a classe média mais dinâmica a esperança de que os elevados impostos que suporta poderão ser reduzidos. Em lugar de separação entre público e privado, é preciso fomentar a coordenação e a complementaridade. Precisamos de uma coligação social: todos aqueles que dependem legitimamente do Estado, porque têm baixos rendimentos, são funcionários ou pensionistas, têm de perceber que a sua segurança depende da dinâmica e do sucesso de todos os outros.

Os fundos europeus não são suficientes para assegurar o sucesso do País. Para enfrentarmos todos os fatores negativos que espreitam em 2022 – da inflação às taxas de juro –, é preciso abandonarmos purismos ideológicos ou barreiras radicais, com uma liderança política capaz de criar estabilidade e confiança, com objetivos claros, com uma execução rigorosa e com métricas transparentes, cujo alcance possa ser compreendido por todos. 2022 deveria ser o “ano da economia”, sem complexos, sem muros e com ambição.”



Bruno Ferreira

| MANAGING PARTNER E SÓCIO NAS
ÁREAS DE BANCÁRIO E FINANCEIRO E
MERCADO DE CAPITAIS DA PLMJ |

“Uma das prioridades da próxima legislatura e do próximo Governo tem de passar, de uma vez por todas, pela reforma da Justiça. E esta reforma não pode ser pensada como se fosse uma dimensão paralela da economia ou a olhar unicamente para temas que despertam a opinião pública, ainda que estes sejam igualmente essenciais. Há uma corrida de fundo que urge fazer para curar Portugal de uma letargia económica que é estrutural. E não se cura essa letargia económica estrutural da economia sem se colocar a Justiça como prioridade. O país precisa urgentemente de respostas rápidas que estejam alinhadas com as necessidades das empresas e dos investidores – nacionais e internacionais – de que o país tanto precisa. Precisamos de mais investimento privado porque a capacidade de investimento público do país é muito limitada e a única forma de fazermos a economia crescer é dizermos aos investidores que somos um país onde vale a pena apostar, onde vão obter retorno do seu investimento num horizonte de tempo razoável. Temos, por isso, de passar para uma lógica de sistema de justiça mais contundente, focado na materialidade e na relevância dos assuntos e menos permeável à teia burocrática e processual que é hoje o maior custo de contexto que os investidores suportam quando têm coragem de investir no nosso país.”

A *Advocatus* falou com 22 advogados de vários escritórios que partilharam qual deverá ser o foco do próximo Governo - seja à esquerda ou à direita - para a economia nacional. Conheça aqui as suas previsões e ideias para o novo Governo.

Texto **FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA** e **FREDERICO PEDREIRA**

Fotografias **D.R.**



*Carmo Sousa
Machado*

| SÓCIA DA ABREU ADVOGADOS |

“Num período que será ainda de alguma incerteza face à evolução da pandemia de Covid-19, importa que o próximo Governo crie condições para um aumento do investimento e da capacidade produtiva do tecido empresarial português, nomeadamente através de incentivos à contratação, que possam contribuir efetiva e diretamente para a criação de emprego, apostando em mais formação profissional e num aumento do poder de compra em Portugal, tudo tendo um impacto significativo no comportamento do PIB e da economia nacional. Neste sentido, também a flexibilização do mercado de trabalho pode desempenhar um papel importante, contribuindo, por um lado, para a retenção de talentos, e por outro para uma maior atratividade do mercado português numa ótica de investimento estrangeiro e de criação de polos empresariais internacionais no nosso país.

Numa perspetiva diferente, mas ainda assim fundamental, espera-se que o próximo Governo dê a atenção que se impõe ao setor da justiça, apostando na sua digitalização, tornando-a mais célere e eficaz, criando confiança nos vários operadores e nos cidadãos em geral, e promovendo as pontes



*Diogo Xavier
da Cunha*

| MANAGING PARTNER
DA MIRANDA & ASSOCIADOS |

“Como ponto prévio, como advogado não me sinto especialmente habilitado para me pronunciar acerca de política económica. Em todo o caso, no geral gostaria de ver um decréscimo da participação do Estado na economia, valorizando-se e impulsionando-se o setor privado. Isto associado a uma política fiscal que estimule o investimento privado, a criação de empresas e a sua capitalização e a geração de postos de trabalho, esta baseada na valorização do mérito e da produtividade, não numa lógica de legislação laboral restritiva. Por outro lado, a atual carga fiscal – seja sobre o rendimento das empresas, seja sobre os rendimentos das famílias e ainda sobre o consumo – não é consistente com a realidade nacional. Visa, naturalmente, alimentar as necessidades de financiamento de um Estado reconhecidamente sobredimensionado e ineficiente. Tenho a expectativa que uma redução da carga fiscal sobre as empresas e as famílias possa gerar mais investimento e consumo, dinamizando a atividade económica em geral e assim gerando também mais receita fiscal para o Estado, dotando-o dos meios adequados para custear os serviços essenciais que deve assegurar. Ao longo dos anos da nossa democracia a carga tributária não tem parado de crescer em função das necessidades do Estado, retirando-se capacidade financeira às empresas e às famílias (de maiores ou menores rendimentos). Atenta a trajetória de crescimento do País, é tempo de repensar a política fiscal de forma a ser um alicerce e não um entrave ao crescimento económico sustentável.”

*Inês Sequeira Mendes*

| MANAGING PARTNER DA ABREU
ADVOGADOS |

“O Governo que resulte das próximas eleições terá de apostar num aumento sustentável do crescimento económico do país. Nenhuma política social será possível sem que sejamos capazes de crescer mais e melhor e de nos tornarmos mais competitivos e produtivos (e menos endividados). Os principais fatores que continuam a impedir-nos de ter uma economia mais robusta e mais justa estão identificados; precisamos de decisores políticos capazes de promover a sua eliminação e de, simultaneamente, cumprir a promessa europeia de «não deixar ninguém para trás».

A aplicação do PRR permite aspirar à retoma e ao reforço de parte do nosso tecido empresarial assentes na dupla transição verde e digital, mas as empresas precisam que o Estado se assuma cada vez mais como parceiro. Nesse domínio, a estabilidade governativa, a previsibilidade e simplificação fiscais e a modernização do sistema judicial são essenciais, tanto ao ambiente económico interno, como à captação e fixação de investimento e de talento estrangeiros. A este propósito, tomo boa nota e saúdo o despacho da Senhora Ministra da Justiça de 11 de novembro, no âmbito do PRR, que refere que a Justiça deve assumir-se como catalisador do apoio à atividade e recuperação das empresas, dispondo-se a agilizar os processos de insolvência, recuperação e cobrança de dívidas e a colocar no foco da sua ação a redução da carga burocrática associada aos ciclos de vida dos cidadãos e das empresas mediante a assunção do conceito “digital por defeito”. Não sendo uma matéria predominantemente económica, destaco ainda a necessidade de se ter em conta a inversão da pirâmide demográfica e o envelhecimento da população, mudança que acarretará consequências profundas no plano económico, mas também na sustentabilidade e coesão do nosso modelo social.”

*Luís Menezes Leitão*

| BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ADVOGADOS |

“A prioridade do próximo Governo na área da economia deve ser a redução da carga fiscal. Sabendo-se que a mesma não tem parado de aumentar, tendo sido de 34,5% do PIB em 2019 e de 34,8% do PIB em 2020, é essencial reduzir o peso dos impostos para devolver competitividade às empresas e aumentar a produtividade.

No setor da justiça, é imperativa a redução das custas judiciais. As mesmas estão colocadas em valores elevadíssimos, desincentivando as empresas e os cidadãos de recorrer aos tribunais, o que é altamente prejudicial para o funcionamento do Estado de Direito. No âmbito da advocacia, é essencial fazer-se a reforma da sua previdência social, que tem sido causa de grande injustiças, tendo servido de pretexto para o Governo, mesmo contra o parecer da Provedoria da Justiça, recusar-se a dar aos advogados qualquer apoio durante a pandemia, ao contrário do que concedeu aos demais profissionais liberais.

No quadro das sociedades de advogados, gostaríamos de ver o fim da transparência fiscal, que representa uma discriminação fiscal intolerável à sua atividade, em comparação com as demais empresas.

Esperamos assim que o ano novo traga uma vida nova ao país, com um novo Governo que possa fazer todas estas reformas.”

*Jorge Bleck***| SÓCIO DA VDA |**

“Portugal enfrenta vários desafios sérios e graves. A primeira prioridade, contudo deve ir para o combate à pobreza. Antes de transferências sociais, mais de 49% da população vive abaixo do limiar de pobreza! Após transferências, ainda assim uma impressionante percentagem (mais de 18% da população) vive abaixo daquele limiar. Uma vergonha intolerável e que deveria ser o centro de todo o debate político.

Até hoje e desde há 25 anos a política seguida tem sido a de redistribuir não aquilo que o país produz, mas sim aquilo que os estrangeiros (a que displicentemente apelidamos de frugais) produzem, poupam e nos emprestam. Ou seja, redistribuímos dívida; apenas dívida, sem perceber que esse é o caminho do empobrecimento generalizado, que se vem verificando e nos vem levando para a cauda da Europa a 27. Para se sair desta situação e para se dar uma vida digna a esta e outras faixas da população, temos de parar o círculo vicioso de distribuir dívida e mais dívida, para passarmos para o círculo virtuoso de criar riqueza e mais riqueza. E quem cria riqueza? As empresas e a iniciativa privada. Não o Estado. Temos, pois, de centrar os nossos esforços para que tudo quanto seja empresário e empreendedor tenha vontade e sinta condições propícias a criar mais e mais riqueza. Para isso temos de ambicionar vir a ser nos próximos 20 anos (mas começando já, pois “já” é tarde) o país mais investidor friendly da Europa.

Melhoria muito substancial da produtividade (estamos a mais de 30 pontos do referencial 100 da Europa a 27, isto quando a Alemanha está a 36 pontos acima desse mesmo referencial – Pordata 2020), competitividade, corte substancial nos custos de contexto, reforma da Justiça e do Estado, flexibilização da legislação laboral, apoio justo aos efetivamente desempregados, ataque à burocracia e ao desperdício, combate à corrupção e, last but not the least, uma fiscalidade amiga do investimento, do empreendedorismo e da poupança.

Com estas e outras reformas, geraremos riqueza suficiente que nos retire desta letargia entorpecedora que nos rege há mais de 20 anos e que seja suficiente para, gerando mais impostos, possibilite aumentar os salários, redistribuir mais e melhor, ao mesmo tempo que se baixa a carga fiscal que nos asfixia a economia, as empresas, as pessoas e a poupança.”

*João Vieira de Almeida***| SENIOR PARTNER DA VDA |**

“A primeira prioridade do novo governo será, naturalmente, a de conseguir fazer aprovar um orçamento na Assembleia da República. Com a geometria parlamentar que se adivinha, é porém muito provável que essa aprovação implique graus de compromisso que dificilmente abrirão espaço à tomada de medidas verdadeiramente transformadoras.

Em todo o caso, no plano da ação o novo governo deveria, em minha opinião, concentrar-se na adoção de um pacote de medidas que permita reforçar a competitividade das empresas residentes, indispensável à geração e qualificação do emprego e à sustentabilidade de uma economia muito exposta aos mercados internacionais. Esse pacote passa por uma maior flexibilização do trabalho, uma redução da carga fiscal e a criação de incentivos mais eficazes ao emprego, ao crescimento de salários e à capitalização das empresas. Ao mesmo tempo, parece-me indispensável acelerar o esforço de redução da dívida pública, bem como reforçar o investimento na digitalização da economia.”



*Mafalda
Oliveira Monteiro*

| SÓCIA DA MIRANDA & ASSOCIADOS |

“Em minha opinião, o Governo deverá dar prioridade à atribuição de incentivos e apoios seletivos à produção económica, inovação e exportação, incluindo sob a forma fiscal. O Governo terá também o enorme desafio de conseguir executar atempadamente e de forma eficiente o plano de resiliência e concretizar a atribuição dos fundos comunitários disponíveis. O país tem de aproveitar esta oportunidade para reformular e relançar a nossa estrutura empresarial e industrial. Contudo, considero também muito importante a modernização da Administração Pública e o incremento dos serviços online, assim como realizada a tão adiada reforma da Administração Pública, que implica necessariamente a reforma e reformulação dos serviços existentes para fazer face aos novos desafios e uma gestão mais adequada dos recursos, incluindo através da redução do peso dos serviços administrativos do Estado e dispensa de trabalhadores, mas também através da contratação de novos trabalhadores com as qualificações adequadas às novas necessidades e uma carreira devidamente remunerada.”



José Luís Moreira da Silva,

| SÓCIO DA SRS ADVOGADOS |

“Muitas são as prioridades, mas também muitas são as incógnitas. As muitas prioridades derivam do atraso cada vez maior de Portugal face aos seus congéneres europeus, a que acresce o atraso derivado da paragem económica derivada da COVID-19, quando ainda nem sequer ainda tínhamos recuperado plenamente da anterior crise soberana, tudo a crescer ao facto de que já não estávamos numa situação muito desenvolvida antes das crises. As incógnitas derivam das eleições legislativas que se aproximam, com um resultado incerto, e da possibilidade de, em 2022, já não haver restrições provocadas pela pandemia, o que também não é certo. Abstraindo-nos destas incertezas e considerando que o próximo Governo terá condições para desenvolver sem restrições as suas políticas, poderemos elencar as seguintes 3 prioridades económicas para Portugal: a) criar um regime jurídico favorável às empresas e ao empreendedorismo, através de menos intervenção do Estado, menor exigência de licenciamentos, baixa do IRC, diminuição da burocracia, liberalização do regime laboral, incentivos ao investimento e à criação e empresas, incentivos à inovação (melhoria do SIFIDE), incentivos à exportação de bens e de serviços, fluidez da justiça fiscal, administrativa, de recuperação de créditos e de insolvência; b) incentivar o aumento da produtividade, através de benefícios fiscais e de acesso privilegiado a fundos europeus e nacionais (via Banco de Fomento e Portugal Venture ou outras) e o aumento da competitividade e concorrência; c) promover o desenvolvimento económico sustentável, através de incentivos dirigidos à economia verde (circular na gestão de resíduos e transição climática-energética), digital e geográfica e socialmente integrada; d) aumentar as parcerias do setor público com o privado, dirigido à transferência de atividades do setor público para o privado, por via de privatizações, parcerias público-privadas e concessões, potenciando o investimento privado em novas áreas que nos últimos anos ficaram restritas ao setor público mais ineficiente, como a saúde e os transportes, a educação e a segurança, dinamizando o setor privado, criando incentivos à inovação e modernização. Em termos do Direito no apoio à Economia, diria: a) alterar o código de trabalho, mais amigo das empresas e potenciador da criação de mais emprego; b) alterar o processo fiscal, administrativo e civil, tornando mais célere a resolução dos litígios (fiscais e administrativos) entre o Estado/Entidades Públicas e as empresas, permitindo a resolução mais célere da cobrança de dívidas e a sua mais ágil permissão de tratamento fiscal como custo em caso de incobrabilidade; c) simplificar a intervenção do Estado/Entidades Públicas no relacionamento com empresas, transferindo a exigência de licenciamentos para mecanismos de mera consulta prévia (aumentando e agilizando as conferências procedimentais, de forma a que a empresa só tenha de se dirigir a uma única entidade para iniciar a sua atividade), designadamente em matéria de licenciamento industrial, ambiental, avaliação de impacto ambiental, resíduos e energia.”

*Magda Vicoso***| SÓCIA DA MORAIS LEITÃO |**

“Os agentes económicos cada vez mais reclamam que a agenda de Eco-Inovação assuma o topo das prioridades para a próxima legislatura e a médio-longo prazo.

Segundo a Comissão Europeia, em 2019, Portugal obteve a 12ª posição entre os Estados Membros no Índice de Eco-Inovação, precisando de abordar barreiras como a falta de investimento e políticas específicas. Uma aposta nesta agenda assentará em 3 pilares estruturais: (i) a definição de uma estratégia em diálogo com os vários stakeholders (decisores, comunidade científica, ecossistemas e empresas) que promova oportunidades concretas; (ii) a implementação de ferramentas para a sua execução ao nível, por ex., de fontes de capitalização e investimento público e privado (em articulação com os reguladores e mercados bancário e de capitais) e do desenvolvimento industrial e tecnológico (alicerçado em incentivos fiscais e num quadro regulatório ágil e sem custos indiretos); e (iii) a formação e retenção de talento na academia, em centros de inovação e no mercado de trabalho, propiciando a exportação, não de conhecimento, mas de produtos que o incorporem.

Perante os desafios que o mundo enfrenta, a competitividade da economia europeia e portuguesa pode em muito beneficiar desta agenda.”

*Manuel Magalhães e Silva***| SÓCIO DA RBMS |**

“Há décadas que a economia se queixa dos custos de contexto, no qual se inclui a falta de celeridade da Justiça. Para a economia interessa, assim, obter significativo encurtamento do tempo de administração da justiça nos processo de cobrança de dívida, nas execuções, nas falências e na justiça tributária, sem esquecer a justiça contratual e os procedimentos cautelares. Tudo encimado pelo passo lentíssimo da justiça administrativa, numa economia largamente dependente da intervenção regulatória do Estado, e interveniente em centenas de contratos sujeitos à jurisdição administrativa. Mas o sucesso na redução significativa do tempo da justiça vai exigir vultuosíssimo investimento em organização e métodos, em hard e software, em formação de pessoal e sua permanente atualização, para o que, não podendo tal investimento ser abrangido no PRR, deve ser imputado ao orçamento de Estado, incluindo por substituição de dotações que possam ser incluídas no PRR.”



*Maria João
Ricon*

| MANAGING PARTNER DA CUATRECASAS |

“A implementação de medidas que promovam uma maior competitividade e produtividade das empresas a par de apoios específicos à recuperação dos setores mais fragilizados e afetados pela situação pandémica deverão ser uma prioridade clara. Num ângulo mais jurídico, essas medidas poderão tocar em distintas áreas, designadamente na área fiscal e laboral. As recentes alterações ao Código dos Valores Mobiliários foram já um passo nesse sentido, no que se refere ao mercado de capitais e à sua importância na capitalização e financiamento da economia. Uma outra prioridade deverá ser fomentar estratégias de ESG alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no quadro da agenda 2030 das Nações Unidas, o que implicará reformas estruturais difíceis de concretizar sem uma coordenação e cooperação entre os players de cada mercado relevante, o que, também num ângulo mais jurídico, exigirá algum ajuste e clarificação dos mecanismos previstos no atual quadro legal em matéria de concorrência.”



*Mariana Franca
Gouveia*

| SÓCIA DE RESOLUÇÃO DE
LITÍGIOS DA PLMJ |

“A prioridade de qualquer Governo na Economia deve ser colocar a sua administração ao serviço das empresas e dos empreendedores, limitando o mais possível que a sua ação dificulte ou pior impeça o desenvolvimento do espírito empreendedor de quem queira lançar-se nos negócios com ideias novas, capacidade de gestão e de financiamento, com capitais próprios ou alheios.

É tempo de todos – cidadãos, funcionários públicos e privados, empresas e organizações – percebermos que a riqueza que a todos deve beneficiar, só pode ser distribuída se for criada e a criação de riqueza passa por dar asas a quem queira e saiba fazê-lo.

Infelizmente, Portugal é ainda um país centrado no Estado, em que reina a mentalidade de que o Estado está lá para qualquer eventualidade, seja para financiar um qualquer projeto, seja para pagar os custos se algo correr mal. Não deve ser assim. O Estado tem de exercer as suas funções de soberania (Justiça, Segurança, Defesa, Relações Externas), deve garantir a concorrência saudável, deve cobrar impostos para garantir a todos os cidadãos condições de vida dignas e oportunidades de crescimento (Saúde, Educação).

No mais, deve colocar-se ao serviço, simplificando, permitindo, facilitando; mas também deixando cair quando os empresários não têm sucesso.”



*Marta
Graça Rodrigues*

| SÓCIA DA GARRIGUES |

“A capacidade de aprovar e pôr em execução medidas que possam contribuir para efetiva retoma e crescimento da economia portuguesa estará obviamente condicionada pela desejada estabilidade política que se consiga alcançar. Em qualquer caso, a prioridade do novo Governo deverá sempre ser o estabelecimento de um quadro claro que permita a canalização e aplicação criteriosa dos fundos públicos, designadamente no contexto do PRR e do Portugal 2030, em projetos com capacidade de transformar e fazer crescer a economia nacional e que possam contribuir para modernização de Portugal face aos desafios que enfrenta.

Ao mesmo tempo, deverão ser criados incentivos ao investimento privado designadamente estrangeiro, do qual o nosso tecido empresarial tanto depende. Tal poderá passar designadamente pela simplificação de processos burocráticos mas também pela aprovação de medidas de carácter fiscal claras e favoráveis ao investimento. Como áreas a que direccionar os incentivos e investimentos, de natureza pública ou privada, será natural eleger, por um lado, as áreas mais afetadas pela pandemia e cruciais para a nossa economia – a da hotelaria e o turismo – e, por outro lado, aquelas que poderão colocar as nossas empresas em melhor posição competitiva – a da sustentabilidade e a tecnologia. E porque não, não custa repeti-lo, adotar medidas que incentivem a capitalização das empresas através do recurso ao mercado de capitais, aproveitando o esforço que tem sido feito designadamente com a aprovação da recém-publicada alteração ao Código dos Valores Mobiliários.”



*Mónica Carneiro
Pacheco*

| SÓCIA DA CMS |

“Sendo o setor da energia um dos motores da economia, julgo que o Governo (seja ele qual for) deve dar continuidade aos projetos neste setor; definir uma política energética que seja entendida por todos e consolidar o quadro regulatório mantendo-o estável, essencial para atrair investimento e com isso criar valor e emprego. Não devemos gastar dinheiro para “atualizar o passado” mas devemos investir no futuro, criar mecanismos de suporte ágeis e adequados aos objetivos, um modelo mental de parcerias e focar nos projetos top tier.

Com o novo diploma que revê o regime da organização e funcionamento do sistema elétrico nacional (SEN) – já promulgado pelo presidente da República e cuja publicação estará para breve – penso que estará criado o enquadramento legal necessário para se avançar em domínios como o repowering dos parques eólicos que ao longo da próxima década irão chegar ao fim da sua vida útil, a hibridização, o armazenamento, que são absolutamente necessários se queremos atingir as metas a que nos propusemos interna e internacionalmente pois permitem aumentar a produção maximizando o ratio da produção pelo capital investido. No entanto, a par do regime legal, é necessário criar meios, designadamente, ao nível das entidades licenciadoras, para que os procedimentos sejam simples e céleres que é um dos aspetos onde há bastante margem para melhorar, sob pena de muitos projetos não passarem do papel (a título de exemplo deve ser implementada plataforma eletrónica com maior celeridade e assegurar melhor coordenação entre as várias entidades envolvidas no processo de licenciamento). O atraso nos procedimentos é ainda o bottle neck do setor e julgo que deverá haver um esforço por parte do Governo para o superar.”

*Nuno Pena***| SÓCIO DA CMS |**

“O sistema de justiça e o seu modo funcionamento é determinante numa economia aberta como a nossa. Um sistema ágil, transparente, isento, seguro e rápido atrai investimento. Quando assim não seja, afasta-o. É, infelizmente, o nosso caso. Importa, pois, repensar o modelo com rasgo. É prioritário descongestionar os tribunais. Neste particular urge fazer um levantamento dos principais bottlenecks e, de uma vez por todas, tirar partido do desenvolvimento tecnológico disponível e em particular das ferramentas de Inteligência Artificial. As plataformas Citius ou Sitaf carecem de renovação profunda voltada para o utilizador e devem ser unificadas. Deve promover-se a realização de sessões remotas e melhorar a sua qualidade. Com pandemia ou sem ela. A par da tecnologia tem que se apostar na formação e especialização dos juizes e admitir a possibilidade de assessores. Reestruturar os quadros onde necessário. Deve promover-se o recurso a meios alternativos de solução de litígios; exigir-se garantia de pagamento de custas como meio dissuasor de disputas votadas ao insucesso; devem revisitar-se as regras administrativas de dedutibilidade do IVA de créditos incobráveis e o seu impacto no número de ações judiciais pendentes apenas com o propósito de recuperação de IVA; deve assegurar-se que as insolvências/reestruturações se processam rapidamente, saneando o mercado e libertando rapidamente liquidez à economia. É preciso que deixemos de constar nos rankings internacionais que avaliam a perceção sobre a corrupção numa posição não muito lisonjeira. Há recursos para tudo isto. Não tem é havido rasgo.”

*Paula
Gomes Freire***| MANAGING PARTNER DA VDA |**

“Num contexto de emergência como aquele em que vivemos o prioritário confunde-se muitas vezes com o urgente. No plano económico, para o novo governo é prioritário, porque urgente, a contenção da pandemia e a revitalização da economia. Será crítico assegurar uma adequada implementação do plano de recuperação e resiliência, assegurando um crescimento sustentável da economia.

No entanto, para o novo governo deve também ser prioritário, porque vital para o país, o foco na gestão da nossa dívida pública, nomeadamente atendendo aos novos fatores de pressão internacional. No pós-Segunda Guerra, o endividamento público conhece hoje, à escala global, o seu nível mais elevado de sempre. O esforço de combate à pandemia – despesas de saúde, processos de vacinação massiva, medidas de apoio fiscal e financeiro – justifica, em boa parte, que assim seja. O endividamento excessivo é particularmente sensível no caso português. O ressurgimento da inflação e a consequente subida de taxas de juro colocam em risco a sustentabilidade da nossa dívida pública prevendo-se que subam significativamente os custos associados ao seu serviço.”



*Paulo
de Sá e Cunha*

| SÓCIO DA CUATRECASAS |

“Sendo um quase leigo na matéria, diria que as prioridades do próximo Governo na área da economia deveriam assentar, antes de mais, na gestão criteriosa dos fundos do PRR, evitando a excessiva absorção dos recursos disponibilizados pelo setor público administrativo e assegurando a predominância da sua afetação ao setor privado produtivo. Em matéria fiscal, seria premente promover uma reforma da fiscalidade sobre o setor empresarial (IRC, mas também impostos indiretos), no claro sentido do desagravamento das taxas. É ainda indispensável assegurar um quadro de estabilidade fiscal que permita aos agentes económicos e em particular aos investidores a previsibilidade dos custos fiscais, fator essencial às decisões de investimento. Inevitavelmente, esta reforma fiscal terá que traduzir e promover objetivos de sustentabilidade e de responsabilidade ambiental. No plano jusslaboral, será necessário adaptar a legislação às novas realidades do trabalho em ambiente post pandémico, cujo alcance ainda não é plenamente conhecido, mas que se afigura inevitável. Atenta a importância do fator trabalho, parece-me essencial permitir às empresas antecipar e gerir os novos cenários legais com que, nesta matéria, se virão a defrontar.”



Pedro Lomba

| SÓCIO DE COORDENADOR DE
TECNOLOGIA, MEDIA E COMUNICAÇÕES
DA PLMJ |

“A grande prioridade deve ser a criação das condições e reformas para o crescimento económico. Desde a segunda metade dos anos 90 que Portugal é, fundamentalmente, um país estagnado. Económica e socialmente estagnado. Isso tem um custo tremendo para o País no seu todo e, em particular, para as novas gerações, que têm sido privadas das oportunidades que o País não está a ser capaz de gerar. A prioridade do crescimento passa por inverter políticas que dão sinais e incentivos contraditórios. Não é possível ter uma nova economia enquanto se continua a subsidiar artificialmente a velha; não é possível valorizar o trabalho e as empresas e sujeitá-los, ao mesmo tempo, a uma elevada carga fiscal direta e indireta; não é possível querer estimular o investimento privado reduzindo drasticamente o investimento público; não se consegue modernizar serviços públicos e deixá-los à míngua de recursos e falta de equipamentos; não é possível apostar numa economia do conhecimento, com emprego altamente qualificado, deixando o sistema educativo sem reformas e mantendo o Estado e os seus serviços aquém da revolução digital. E há muitos outros exemplos destes sinais contraditórios que impedem uma verdadeira viragem para uma agenda de crescimento económico no País. Para bem da democracia portuguesa, Portugal precisa urgentemente de voltar a crescer.”

*Rui Patrício***| SÓCIO DA MORAIS LEITÃO |**

“Eu devia ter recusado o convite, pois critico amiúde quem opina sobre o que não é da sua expertise. Mas não, não só por causa da amabilidade de quem convidou, mas também porque - e este motivo também travou que mordesse a língua - não opino como sabedor, apenas como pessoa interessada e como sujeito e objeto do tema. Digamos que opino “na ótica do utilizador”. Pois bem, tendo que escolher uma prioridade (e sem prejuízo de outras coisas importantes), eu digo: pequenas e médias empresas. Como? De todas as formas e feitios. No regime fiscal, na desburocratização, no acesso a incentivos e subsídios, no reconhecimento e na valorização, nos pagamentos a tempo e horas (a começar pelo Setor Público), na simplificação e na aceleração de meios judiciais em matéria comercial, administrativa e insolvencial; et cetera. Porquê? Porque as pequenas e médias empresas são cruciais no tecido económico (em especial as que são reprodutivas, que deviam merecer especial carinho), na criação e na manutenção de emprego e até, entre o mais, no ordenamento territorial, social e demográfico. Embora sem menorização das maiores (antes, aliás, pelo contrário), as pequenas e as médias são essenciais, a meu ver. Criam e procriam, direta e indiretamente, e em rede.”

*Susana Afonso***| SÓCIA DA CMS |**

“A pandemia da COVID-19 e a retoma económica tornaram visíveis, na área do Trabalho, dois fenómenos opostos. Por um lado, o facto de existirem mais de 300.000 desempregados em Portugal e, por outro, o desespero e a incapacidade dos empresários conseguirem recrutar trabalhadores para diferentes áreas, em particular para o setor do turismo. Este será certamente uma das principais prioridades do Governo: ajudar a criar condições para se atrair trabalhadores de volta ao mercado de trabalho.

Por outro lado, existe também o desafio de revisão do Código do Trabalho de modo a regulamentar e disciplinar uma realidade incontornável que é o Teletrabalho, aprofundando temas como a conciliação da vida profissional com a vida familiar, o enquadramento da nova realidade nos acidentes de trabalho, a ergonomia e adequação dos instrumentos de trabalho, assim como, a regulamentação prática, justa e eficiente da forma de compensar os sobrecustos do trabalho (como a energia elétrica, internet, equipamentos informáticos, impressoras etc.), que com o teletrabalho passaram a ser suportados pelos trabalhadores, quando antes eram suportados pelos beneficiários do trabalho (as empresas).”